

A descoberta da Amazônia

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista (andregustavo10@terra.com.br)

Quando Márcio Souza, amazonense, escritor, diretor de teatro, crítico de cinema, autor do conhecido e festejado livro *Galvez, o imperador do Acre*, foi convidado pela Universidade de Berkeley, na Califórnia, para ministrar curso sobre a Amazônia, descobriu que não havia uma única obra sobre a história dessa imensa e rica região. O professor organizou a primeira história geral da Amazônia numa edição de mimeógrafo para seus estudantes californianos.

Depois de várias versões, ele concluiu sua *História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século 21*, editora Record, 2019. A questão dos índios amazônicos, especificamente dos ianomâms, se insere dentro do desconhecimento generalizado da região. No entanto, pilantras de diversas nacionalidades perceberam meios de gerar renda. Por exemplo, ingleses se depararam, séculos atrás, com indígenas jogando esporte parecido com futebol na Amazônia ocidental. A bola quicava e tinha elasticidade. Descobriram a seringueira. Levaram sementes para a Malásia e destruíram a importante atividade comercial da região.

Os índios sempre constituíram uma espécie de ser humano que não encontra explicação razoável nos chamados civilizados. O marechal Cândido Mariano da Silva Rondon andou pela selva fazendo contato com índios arredios. Mas o militar era uma ilha entre seus colegas. Ele criou a primeira reserva indígena. No entanto, o branco chamado civilizado não compreende nem aceita povos sem propriedade privada ou moeda, que não negocia mercadorias. Além disso, a sabedoria de seus anciãos sabe misturar ervas que produzem curas milagrosas. Vez por outra, grandes laboratórios multinacionais recorrem a produtos amazônicos para produzir remédios que rendem milhões de dólares.

Se a Amazônia é uma grande área desconhecida dos brasileiros, os índios constituem uma incógnita ainda mais ignorada. Os exemplos do continente americano não são edificantes. Os norte-americanos fizeram da conquista do oeste um exercício de matazanga de índios. O general Custer dizia que “índio bom é índio morto”. Os argentinos também trataram de exterminar os povos originários desde os patagones até os fueguinos, da Terra do Fogo.

A alegada ignorância sobre o que se passa na Amazônia incentiva as práticas de uma terra sem lei. Vigora a opinião do mais forte, dos mais armados e daquele que tem mais dinheiro. O garimpo é atividade especial. Envolve risco, investimento importante, coragem e disposição para viver de maneira precária. Naturalmente produz riqueza. Ouro tem valor em qualquer lugar

do mundo, em qualquer latitude, em qualquer situação. No Brasil e no exterior. Garimpeiro sabe do risco, mas conhece a extensão do ganho. Com uma vantagem: ninguém paga imposto. E há muitos garimpos porque há muito ouro.

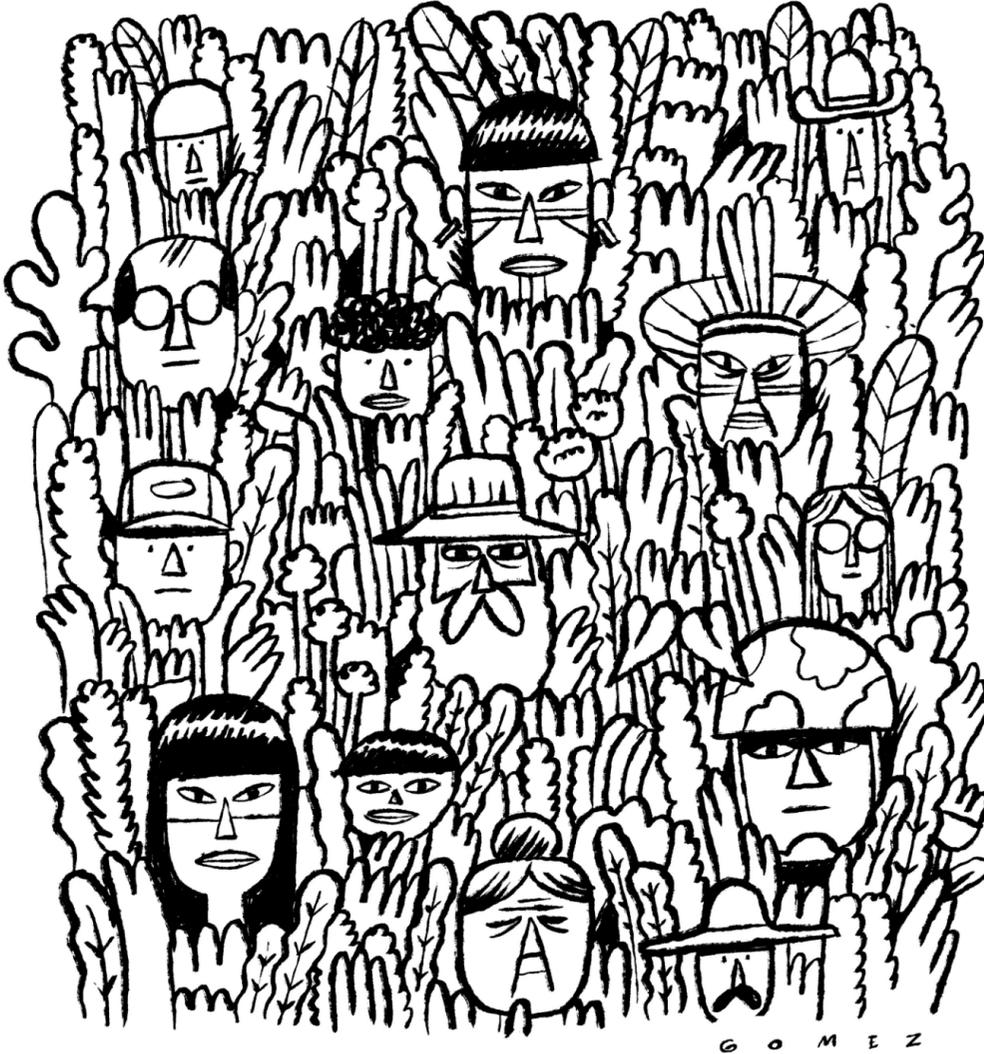
Os ianomâms estão localizados no norte de Roraima, ao redor do grande Rio Uraricoera. A reserva fica próxima da BR 174, que liga Boa Vista à fronteira com a Venezuela. Estrada boa, asfaltada. Quem quiser, pode viajar por terra até Caracas. Já fiz essa aventura. Beleza de paisagem na grande savana, na Venezuela. A principal atividade econômica na região é ouro e a extração de diamantes. A riqueza da Amazônia é indescritível.

Aos olhos dos brancos e do finado governo Bolsonaro, os índios atrapalham o progresso e o desenvolvimento da região. O resultado é este: mais de mil indivíduos daquela etnia foram internados em hospital de campanha da Aeronáutica, em Boa Vista, em situação crítica de saúde. Segundo informações do Ministério dos Povos Indígenas, cerca de 570 crianças morreram nos últimos meses por doenças, fome ou

contaminação por mercúrio, utilizado pelos garimpeiros para separar ouro de outros minerais.

O chanceler alemão Olaf Scholz virá a Brasília para conversar com o presidente Lula sobre integração do Mercosul com a União Europeia. O brasileiro falou por mais de uma hora sobre o mesmo assunto por telefone com Emmanuel Macron, presidente da França. O acordo é vantajoso para as duas partes. Mas envolve, em primeiro lugar, a preservação da Amazônia e dos povos indígenas. Os europeus agora se preocupam com a matéria por causa do alegado aquecimento do planeta. E se não obtiverem garantias nesse assunto, não haverá acordo.

Os brasileiros, no governo Lula, descobriram a Amazônia, perceberam a catástrofe dos ianomâms e a vasta corrupção ocorrida no propalado apoio àqueles indígenas. Há uma corrente de interesses escusos que vai desde o guarda da Funai até o poderoso político eleito para supostamente defender a região. Não há mais argumentos para esconder a ignorância sobre o que ocorre no norte do território nacional.



G O M E Z

Dói morar em uma cidade que também é capital federal

» WÍLON WANDER LOPES
Advogado e jornalista, é presidente da Confraria dos Cidadãos Honorários de Brasília

Quem vive no Distrito Federal desde a inauguração de Brasília sabe que a realização do sonho secular da interiorização da capital federal do Brasil não foi tarefa fácil. Ao contrário, o grande presidente JK teve que mostrar uma competência incrível não só na construção física da nova cidade, mas também na luta contra fortes interesses, especialmente dos funcionários públicos, forçados a vir trabalhar aqui e, por isso, contrários à mudança. Uma baita energia negativa...

Logo depois, em 1961, tomou posse na Presidência da República um adversário de Juscelino, Jânio Quadros, pregando em sua campanha “varrer a corrupção do governo de JK”, concentrando sua fúria eleitoral contra a incipiente Brasília. Na época, falava-se o tempo todo na volta da capital federal para o Rio de Janeiro.

Com isso, o famoso “ritmo de Brasília” ficou prejudicado, parando a maioria das obras necessárias ao funcionamento de uma capital federal. Logo depois, veio a renúncia de Jânio. Em seguida, veio a revolução militar de 1964, desmoralizando Brasília logo no seu começo: as tropas mineiras foram em direção ao Rio de Janeiro, considerada a capital de fato.

Só mesmo a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, mostrou que Brasília tinha se tornado, mesmo, a capital do Brasil. Na Constituição de 1988, duas vitórias para Brasília: o direito de voto, que deu ao DF seus representantes políticos, e o Fundo Constitucional, responsável pelo pagamento dos serviços públicos de Segurança, Saúde e Educação de todo o DF. Enquanto isso, aumentava a população carente em todo o entorno de Brasília.

Em 12 de dezembro do esquisito ano eleitoral de 2022, Brasília foi violentada por radicais manifestantes que, embora agindo na frente da polícia e agredindo pessoas que apenas passavam, não foram presos. Botaram fogo em cinco ônibus e muitos carros, inclusive um de frente a um posto de gasolina, chegando ao absurdo de tentar invadir a sede da Polícia Federal. Não é demais?

Assim, transformaram o ambiente do centro da capital federal em uma praça de guerra. Criaram uma sensação de insegurança em Brasília e no DF, nestes tempos de radicalização entre lulistas e bolsonaristas. Os vândalos agiam aparentemente que os absurdos que faziam tinham sido muito bem orquestrados. Seriam profissionais? O pior é que os vandalismos se repetiram, no dia 8 de janeiro, contra a Praça dos Três Poderes, onde fica o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal, símbolos da nossa democracia.

A notícia e fotos de tais vandalismos chegaram a todo o Brasil e até no exterior, pelas redes sociais, explodindo as fake news. Porque Brasília também é capital federal, muitas ruas por onde as pessoas passam, no Plano Piloto, para vir ao trabalho e voltar para casa, foram bloqueadas, tendo em vista as medidas de segurança que o governo do DF tomou para evitar que continuassem manifestações tão radicais. A dúvida gerou a prisão do ex-secretário de Segurança e o afastamento do governador Ibaneis.

Ficou claro que os chamados terroristas são, na sua grande maioria, gente maldosa que veio de fora, de outras cidades. Após tanta barbárie, os que ficaram, presos, estão usando, de forma privilegiada, a tão carente estrutura de saúde e de segurança da cidade. Os que voltaram esculhambam com a imagem de Brasília, assim duplamente castigada. Falam até em acabar com a representação política e o Fundo Constitucional.

Os moradores do DF, que enfrentam o ineficiente, deficitário e desconfortável transporte coletivo ao virem para o Plano Piloto, e vice-versa, assim garantindo o funcionamento da maioria das empresas de Brasília, inclusive as repartições do governo, é que sofrem mais porque a cidade onde moram e trabalham é, também, a capital federal. Sofrem, mas não podem faltar, senão, perdem o emprego.

Pior de tudo é que Brasília, por abrigar os políticos que todo o Brasil manda pra cá, ganhou injustamente um triste apelido: “capital da corrupção” — o que revolta a sua cidadania, que, por isso, mesmo nada tendo a ver com tais pecados, é até agredida em outras plagas — só porque seus carros têm a placa de Brasília.

Ou seja, como diz o título, dói, dói muito morar em uma cidade que nós construímos, depois de deixarmos nossas terras de origem, para aqui passar a viver e até a consolidá-la — e, por isso, é nossa, muito nossa, mas que também é capital federal — ou seja, também é de todos.

Juventude e carreira na política

» LUCIANA ELMAIS
Diretora Executiva da Legisla Brasil

A última eleição foi marcada por um movimento de conscientização dos jovens para a importância do voto. Movidos pela crença de que as escolhas desse grupo têm um enorme potencial de alterar a realidade política, influenciadores e artistas criaram campanhas nas redes sociais para que pessoas entre 16 e 18 anos fizessem o título de eleitor e comparecessem às urnas.

Apesar do potencial, a participação da juventude na política estagnou após a redemocratização. As euforias de 2013 mostraram vontade, mas o clima de esperança da retomada democrática foi substituído pela desconfiança dos jovens em relação aos partidos políticos e ao Congresso Nacional. Grande parte desse descrédito se deve ao fato de que a política parece desconectada dos reais espaços de diálogo e de representação. E, se não se fala sobre política, tampouco há o interesse em atuar na política.

Nos últimos anos, o Brasil viveu uma movimentação de grupos políticos formados por jovens que adentraram o campo político. MBL e Movimento Acredito são alguns deles que elegeram parlamentares com perfil atípico na política: jovens e de famílias sem relação política.

Além de eleger representantes jovens, precisamos dessa população nos espaços de poder, dentro de gabinetes e equipes políticas. Por isso, há cinco anos, nós da Legisla Brasil também lançamos nosso

primeiro processo seletivo em busca de pessoas que queriam trabalhar com política. Desde então recebemos mais de 50 mil inscritos, que em grande parte são jovens recém-formados em busca de oportunidades em um universo de trabalho tão fechado como é a política. Quando conseguimos usar a linguagem e os canais da juventude, ela responde.

Há um desafio de convencimento e qualificação para tirar os jovens apenas da interação on-line e levá-los a ocupar cargos na política. É nesse contexto que a Legisla Brasil surge enquanto uma organização que tem como objetivo povoar a política com novos talentos, mostrando às pessoas que desejam impactar o futuro do país que uma carreira no Legislativo é um caminho viável e acessível.

Uma carreira de trabalho na política costuma ser vista com grande desconfiança por conta do nepotismo, flutuações a cada quatro anos e falta de segurança para os cargos comissionados. Todas essas características existem no setor público brasileiro, mas nossa busca vai no sentido de construir caminhos sólidos para que cada vez mais profissionais enxerguem a política como área de atuação com grandes oportunidades de impacto e crescimento profissional.

Para isso, construímos verdadeiras redes de profissionais e lideranças parlamentares que buscam mudar o jeito de fazer política no Brasil. Entre as

iniciativas, destaca-se o programa O2 — Oxigenando a Política Brasileira, que recebeu o Selo de Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo. Desde a sua concepção, o programa selecionou mais de 500 pessoas para compor essa rede profissional. Nesses cinco anos, nós conectamos mais de 170 pessoas a mandatos no Legislativo e campanhas eleitorais.

Com essa iniciativa, a Legisla demonstra que uma carreira na política é possível e que a efetividade parlamentar é impactada positivamente quando a escolha dos profissionais é focada em critérios profissionais e de diversidade. Das pessoas selecionadas na primeira edição do O2, aproximadamente 90% se identificaram como parte de algum dos grupos sub-representados na política: 44% dos candidatos selecionados são mulheres, 49% se autodeclararam não brancos e 45% não heterossexuais. Deste grupo, mais da metade afirmou que a iniciativa foi o primeiro despertar para que eles buscassem oportunidades no mundo político.

O caminho para que essas inovações alcancem o potencial desejado ainda é longo, mas iniciativas como a Legisla mostram que uma política mais acessível, representativa e efetiva é possível e está acontecendo. Reconectar os jovens à política é imperativo para o fortalecimento da democracia e trazê-los ao protagonismo dos espaços de decisão é essencial para um Legislativo que tenha a cara do Brasil.